DECISÃO

No recurso especial a que se refere este agravo a irresignação da autarquia previdenciária fundamenta-se nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Sob a alegação de infração ao art. 463, I, do CPC, argumenta que o decisor rejeitou a arguição de erro de cálculo, uma vez configurada a inclusão de parcela não determinada pela sentença exequenda; por outro lado, aduz a dissidência pretoriana referindo-se a arestos do STJ e STF que enfocam o que deve ser entendido também no conceito de erro de cálculo.

Analisando o recurso com precisão e acerto, expõe a ilustre prolatora do despacho de fis. 25/26, Dra Ellen Gracie Northfleet:

"Quanto à pretensa violação de lei federal, nada de concreto se divisa no texto que veicula a inconformidade, o qual se atém à mera alegação do erro material. Nessa linha de raciocínio, o recurso está mal posto, porque o aludido defeito da conta de liquidação precisa ser provado, o que colide com o preceito insculpido no enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

A insurgência encontra óbice na circunstância de que em nenhum lugar se demonstra qual parcela a autarquia recorrente tem em mira. E lhe seria fácil explicitá-la, porquanto, não podendo tratar-se de critérios (a respeito dos quais a controvérsia restou inviável por força da coisa julgada), bastaria indicar, no cálculo, qual cifra ou operação indevida o contaminou.

No tocante ao permissivo previsto na alínea "c", julgo que o recurso não tem melhor sorte. Primeiro, porque a definição de erro material traçada no acórdão hostilizado tem a mesma extensão daquela que se divisa nos julgados trazidos para comparação. Em todos os casos, limita-se ao erro aritmético, gênero próximo ao qual pertencem, como espécies, as entidades contempladas no texto dos arestos em confrontação. Sublinhando a marca específica, pretendeu a parte insurgente, na verdade, eliminar o gênero, para ingressar na ampla classe dos dados e atividades que têm relação com o cálculo de liquidação.

Erro de cálculo, insisto, será sempre uma operação aritmética: falha ou o resultado dela, jamais um critério acerca do qual se registre possível controvérsia.

Ainda que, numa interpretação ampla, se vislumbrasse o dissídio no fato de um dos paradigmas colacionados ter identificado o erro material na inclusão de correção monetária expressamente afastada pela sentença, restaria por esclarecer qual, exatamente, a correção proibida pelo decisor. Exequendo que teria sido acolhida no cálculo. Sem isso, a aventada divergência fica descharacterizada. Além disso, pacificou-se a jurisprudência no mesmo sentido da posição defendida pelo aresto inquirido, ou seja, de que a discussão de critérios e de elementos do cálculo - como na verdade aqui se almeja - não merece o tratamento excepcional previsto no art. 463 do CPC, o qual, generoso, obvia os efeitos da estabilização do processo. Impede a subida do recurso, portanto, o enunciado nº 83 da Súmula do STJ."

Do exposto, entendo incensurável a decisão agravada, motivo pelo qual nego provimento ao agravo (art. 254, I, RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 23 de outubro de 1997.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 163.737/SP (REG. 97/0073972-4)

RELATOR : O EXMº SR. MINISTRO WILLIAM PATTERSON
 AGRAVANTE : ESTADO DE SÃO PAULO
 ADVOGADOS : DRS. RENATO KENJI HIGA E OUTROS
 AGRAVADOS : ALEXANDRE ESBRUZZI E OUTROS
 ADVOGADOS : DRS. MARIA DOS MILAGRES SILVEIRA E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto de despacho que, face a consonância do que decidido no acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ, negou seguimento ao recurso especial manifestado pelo Estado de São Paulo.

Na petição do agravo, assevera-se o questionamento da matéria em debate.

Em sendo assim, à falta de relação entre as razões do recurso e o que decidido no despacho recorrido, de inteira aplicação o enunciado da Súmula 287-STF a advertir:

"Nega-se provimento ao agravo, quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ademais, nítido o acerto do despacho agravado. Em sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal, o acórdão que, nos cálculos da liquidação do débito previdenciário, determinou a

observância do IPC como fator de correção monetária. A propósito, confira-se, entre outros, os precedentes deste Relator: REsp nº 117.975-SP, DJ de 18.03.97 e EREsp nº 40.455-SP, DJ de 14.09.95.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo (art. 254, I, RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 23 de outubro de 1997.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON

Conselho de Justiça Federal

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 24 DE OUTUBRO DE 1997

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no exercício da Presidência e no uso de suas atribuições regimentais:

Considerando que a Lei Complementar nº 35, de 14.03.79 (LOMAN), em seu artigo 65, § 2º, proibe a concessão aos Magistrados de outras vantagens que não as aí expressamente contempladas;

Considerando que, entre tais vantagens, não consta a licença-prêmio por assiduidade;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, embora apreciando ação com efeito apenas entre as partes, decidiu não terem os Magistrados direito à aludida licença e nem a qualquer outra vantagem que não as expressamente previstas na LOMAN (AO 155RS, Pleno, Relator Ministro OCTAVIO GALLOTTI, ementa publicada no DJU de 10.11.95, página 38310);

Considerando que o Superior Tribunal de Justiça tem precedente no mesmo sentido;

Considerando a conveniência de estender-se tal entendimento a todos os Magistrados da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus; e

Considerando, finalmente, o decidido pelo Conselho da Justiça Federal no P.A. nº 95240250, em sessão de 17.12.96, resolve:

Art. 1º Não mais será computado, para efeito da concessão de licença-prêmio por assiduidade, o tempo de serviço público prestado pelo Magistrado de Primeiro e Segundo Graus, a partir da edição de Lei Complementar nº 35, de 14.03.79 (LOMAN).

Art. 2º Ficam asseguradas aos Magistrados as licenças concedidas com base em tempo anterior a 14.03.79 ou em serviço prestado a instituições públicas antes de seu ingresso no Poder Judiciário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO
 Vice-Presidente, no exercício da
 Presidência

Tribunal Superior do Trabalho

Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

PROVIMENTO Nº 03/97

Estabelece procedimento a ser adotado pelos Egrégios Tribunais Regionais do Trabalho para prestação de informações relativas à movimentação processual e atividades judiciais dos órgãos de primeiro e segundo grau de jurisdição da Justiça do Trabalho, atualizando os dados junto ao Serviço de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho.

Considerando:

1. A obrigatoriedade de se introduzirem modificações nos boletins estatísticos, por força das permanentes transformações nas relações individuais e coletivas de trabalho, provocando constantes